

Colóquio Internacional: **Élisée Reclus e a** **Geografia do Novo Mundo**

6 a 10 de dezembro de 2011

Laboratório de Geografia Política

Departamento de Geografia - Universidade de São Paulo

São Paulo – Brasil

Por uma Geografia dos povos a partir de suas comunidades: a teoria comunitária de Eliseé Reclus

Rafael Sá Rego de Azevedo

Resumo

Pretende-se refletir sobre a concepção de Geografia de Élisée Reclus, a partir da base de seu pensamento: sua teoria comunitária. Para isso recorreu-se aos textos escritos pelo próprio Reclus; busca-se compreender o pensamento deste autor e identificar suas possibilidades e contribuições para o desenvolvimento atual da Geografia. Esse trabalho está ligado ao Trabalho de Conclusão de Curso “A Atualidade do pensamento de Eliseé Reclus e Peter Kropotkin frente à crise da ciência moderna”, apresentado, em 2010, para a conclusão do curso de Bacharelado em Geografia da UFF, e busca dar continuidade a essa pesquisa. Reclus, diferente da maioria dos geógrafos do seu tempo e de hoje, não vai fundamentar seus estudos no papel do Estado, mas, sim, no papel das comunidades na formação e organização do espaço geográfico. Para compreender a evolução histórica e geográfica de um povo é de primeira importância dar atenção às afinidades que são formadoras desse povo, ou seja, seus costumes, língua, seu processo de formação histórica, etc. O Estado nacional é entendido como uma conformação sócio-espacial recente na história, que deixará de existir ao longo do processo histórico. Já a ação das afinidades comuns é vista como uma influência permanente na organização sócio-espacial dos povos. Reclus considerava que o ponto de partida para a compreensão do desenvolvimento dos povos é entender o movimento das comunidades que compõem esses povos. Além disso, a forma como este geógrafo anarquista entendia as relações sociais dentro do contexto da construção e organização do espaço geográfico pode ser considerada pioneira, pois procurava estabelecer as relações entre as classes sociais e o espaço ocupado e dominado. Mais uma vez demonstrando sua atualidade, Reclus foi capaz de perceber a importância das redes, ao entender que elas eram o elemento responsável pela coesão dos territórios. Dessa observação derivam duas idéias férteis: por um lado, uma concepção de mundo onde a organização espacial se daria a partir de uma articulação em rede, garantindo a autonomia das comunidades envolvidas, e, por outro lado, o uso das redes como um dos principais mecanismos de dominação do imperialismo vigente na época. Observou ainda o uso da informação e do conhecimento como mecanismos de dominação a partir das redes de comunicação que se iniciavam na época com o telégrafo. Mas, considerava que, apesar dos meios de comunicação estarem sob domínio das classes e países opressores, também colocam em contato os explorados do mundo todo e esse contato pode representar o germe de uma vida nova, baseada na prática do apoio mútuo e na criação de diversos tipos de associação. A partir daí, ele desenvolveu sua concepção de uma sociedade futura essencialmente comunitária e articulada em rede, que busca o desenvolvimento através da autonomia e estabelece um vínculo estreito entre teoria e prática e entre trabalho manual e intelectual. Ele propõe a utilização do conhecimento geográfico para organização da sociedade e do espaço. A Geografia constitui-se, assim, numa práxis social em que as soluções locais são enfatizadas, pois parte de uma política de valorização da diversidade e da alteridade.

Introdução

Esse trabalho está ligado ao Trabalho de Conclusão de Curso “A Atualidade do pensamento de Elisée Reclus e Peter Kropotkin frente à crise da ciência moderna”, apresentado, em 2010, para o curso de Bacharelado em Geografia da UFF, e busca dar continuidade a essa pesquisa. Pretende-se refletir sobre a concepção de Geografia presente nos textos de Élisée Reclus, a partir de sua teoria comunitária, base de seu pensamento. Para isso recorreu-se, principalmente, aos textos escritos pelo próprio Reclus; busca-se compreender o pensamento deste autor e identificar suas possibilidades e contribuições para o desenvolvimento atual da Geografia.

A concepção de mundo e de Geografia de Reclus tem como fundamento sua posição política enquanto anarquista. E é justamente isso que confere aos seus estudos e suas considerações uma perspectiva diferenciada e original. Para compreender suas idéias é necessário, portanto, conhecer e perceber a relevância do pensamento anarquista. Dessa forma é possível compreender o pensamento geográfico de Reclus e a importância de sua contribuição para a Geografia, ressaltando ainda sua exclusão ou afastamento do discurso geográfico acadêmico, formal e oficial e sua atual revalorização, ambas pelo mesmo motivo: sua perspectiva anarquista.

Reclus, diferente da maioria dos geógrafos do seu tempo e de hoje, não fundamentava seus estudos no papel do Estado, mas, sim, no papel das comunidades na formação e organização do espaço geográfico. Ele considerava que o ponto de partida para a compreensão do desenvolvimento dos povos é entender o movimento das comunidades que os compõem. A forma como este geógrafo anarquista entendia as relações sociais dentro do contexto da construção e organização do espaço geográfico pode ser considerada pioneira, pois procurava estabelecer as relações entre as classes sociais e o espaço ocupado e dominado. Reclus constrói assim sua teoria comunitária do desenvolvimento humano a partir da Geografia.

Além disso, Reclus também foi capaz de perceber a importância das redes, ao entender que elas eram o elemento responsável pela coesão dos territórios. Dessa observação derivam duas idéias férteis: por um lado, uma concepção de mundo onde a organização espacial se daria a partir de uma articulação em rede, garantindo a autonomia das comunidades envolvidas, e, por outro lado, o uso das redes como um dos principais mecanismos de dominação do Imperialismo vigente na época. O enfoque no papel das comunidades permite a percepção da importância das redes como elemento articulador dessas comunidades e é a partir dessa articulação que se dá a formação dos povos. Reclus propõe, então, a

utilização do conhecimento geográfico para organização da sociedade e do espaço.

Pretende-se, neste trabalho, defender a ideia de uma Geografia Anarquista, com base na valorização da teoria comunitária de Reclus e do princípio fundamental da ajuda-mútua, desenvolvido pelo outro geógrafo anarquista, o russo Pyotr Kropotkin. A Geografia pode constituir-se, assim, numa práxis social em que as soluções locais são enfatizadas, pois parte de uma política de valorização da diversidade e da alteridade.

A Anarquia e o Anarquismo

É muito importante ressaltar o fato de que qualquer tentativa de expor e explicar o anarquismo e o pensamento anarquista é sempre parcial, principalmente, devido ao caráter não doutrinário e anti-hierárquico desta concepção.

Assim, para compreender o Anarquismo, primeiro é preciso entender a distinção entre o Anarquismo e a Anarquia. Entende-se o anarquismo enquanto conceito e corrente política com teorias, objetivos e métodos específicos, formulados, a partir do século XIX, na Europa, no contexto do movimento das lutas dos trabalhadores, e a Anarquia enquanto um feixe de princípios que foram e são praticados por diversas comunidades e povos, principalmente as chamadas “populações tradicionais”.

A anarquia, enquanto um feixe de princípios que dão sentido a práticas socioespaciais concretas é corrente na maioria dos povos que praticam formas comunitárias de vida. Essas são formas de sociedade em que, a partir de sua autonomia política, os grupos sociais se baseiam na coexistência e na ajuda mútua como suas principais formas de organização e apropriação dos recursos naturais locais. Desenvolvem formas de gestão de seus territórios bem próximas da autogestão, relacionadas ao manejo dos recursos naturais locais. Essas formas de manejo devem ser percebidas como formadoras e reformadoras do ecossistema local, responsáveis, assim, pela construção do seu espaço geográfico.

Além disso, a anarquia enquanto um feixe de princípios, também pode ser percebida em diversos tipos de movimento surgidos principalmente a partir da década de 1970. A busca por políticas e metodologias participativas, a ideia de autodeterminação dos povos, a preocupação ecológica, a reivindicação por formas de (auto)gestão e de governo direto das comunidades sobre seus próprios territórios, todos esses são elementos da anarquia.

Já o anarquismo deve ser visto com cuidado, devido à diversidade de perspectivas e abordagens daqueles que tomam o anarquismo para si, demonstrando uma de suas principais características: o caráter não doutrinário. É preciso entender, então, que o anarquismo parte de dois princípios básicos: “a

negação de toda e qualquer autoridade e a afirmação da liberdade” (GALLO, 2007, p.20). Dessa maneira, torna-se impossível pensar numa doutrina anarquista, já que esta por si só iria contra o princípio da liberdade. Deve-se ter em conta, também, que poucos conceitos e movimentos foram tão mal entendidos quanto o anarquismo; um dos principais motivos para isso, justamente, é a sua diversidade de visões.

Pode-se considerar que a tradição anarquista começa com o início das organizações de trabalhadores. O desenvolvimento cada vez maior dessas organizações cria a necessidade de se construir chaves teóricas para a observação do mundo que suplantem as chaves teóricas burguesas e possibilitem aos trabalhadores uma visão de mundo autônoma e emancipatória. A maioria dos conceitos e categorias do anarquismo foi formulada nas reuniões dos movimentos operários e nas discussões políticas travadas pelo povo. Assim, Reclus (2002) sempre fala de uma “ciência social” em oposição à ciência acadêmica e, ainda, segundo Kropotkin,

“Como o socialismo, e em geral todos os movimentos de caráter social, o anarquismo originou-se do povo e só conservará a vitalidade e força criadora que lhe são inerentes enquanto se mantiver com a sua peculiaridade de movimento popular” (KROPOTKIN, s.d, p.11).

A partir das divergências teóricas com Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814 – 1816), cujas idéias ficaram conhecidas como coletivismo anarquista, os geógrafos Pyotr Alexeyevich Kropotkin (1842-1921) e Èliseé Reclus vão, junto com diversos outros anarquistas e trabalhadores, iniciar a vertente de pensamento que ficou conhecida como comunismo libertário, também chamado de comunismo anarquista ou anarco-comunismo. A divergência principal está na questão da divisão do produto criado a partir do trabalho. Para o coletivismo, cada um deve receber de acordo com o trabalho realizado; já para o comunismo libertário, cada um deverá receber de acordo com as suas necessidades, desde que haja produto suficiente para isso. A proposta do Comunismo Libertário é a de uma organização social baseada nas comunidades ou comunas e em associações de todo tipo, com as mais diversas finalidades, articuladas em rede.

Por fim o anarquismo pode ser entendido como uma forma de pensar e agir sobre a realidade, constituindo-se, portanto, numa práxis, cujo objetivo é uma transformação radical na forma de organização política e econômica da sociedade atual.

Eliséé Reclus e sua contribuição para a Geografia

É imprescindível, ao analisar as idéias de qualquer pensador, situá-lo em seu contexto histórico e geográfico, pois só assim é possível entendê-las. Deve-se ter em mente que os textos de Reclus foram escritos ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX e tanto o vocabulário como as idéias neles apresentadas estão fortemente conectadas aos debates filosófico, científico e político da época. Algumas vezes são utilizadas palavras e expressões que hoje são consideradas inadequadas, como “povos primitivos”, mas que faziam sentido no contexto em que ele se encontrava. No entanto, Reclus demonstrou profunda sensibilidade em relação às interações entre povos diferentes. Assim suas reflexões se aproximavam a idéias que hoje são consideradas mais apropriadas, como o multiculturalismo, a autodeterminação dos povos e os direitos de autonomia local.

Jean Jacques Élisée Reclus, nasceu em 1830 na cidade de Saint-Foy-La-Grand, França. Seu pai era pastor protestante e professor da escola paroquial e sua mãe era professora; Reclus foi educado para ser pastor, o que nunca chegou a se tornar. Mas sua educação o permitiu se empregar como professor e preceptor em diversos países da Europa. Foi, então, para Berlim, onde se inscreveu na Universidade e seguiu o curso de Carl Ritter (1779-1859), “Descrição da Terra” (GIBLIN, 1986), durante o ano de 1851. Com o golpe de Napoleão III, Reclus foi exilado e, em 1853, foi para os Estados Unidos e depois para a Colômbia. Pode, assim, conhecer quase todo o continente americano.

Com a anistia, voltou à França, em 1857, e trouxe na bagagem uma infinidade de anotações de todas as suas viagens. Apresentou alguns trabalhos na Sociedade Real de Geografia e obteve reconhecimento pela qualidade dos mesmos e suas detalhadas e poéticas descrições das paisagens. Foi, então, convidado pela editora Hachete, uma das maiores da época, para escrever os Guias de turismo Joanne; viajou a pé por toda a França para escrevê-los (verdadeiros trabalhos de Geografia).

Além da publicação de trabalhos de Geografia, Reclus, como anarquista, se dedicava à luta política na prática e se envolveu em uma série de empreendimentos militantes, também publicando artigos em diversos periódicos, com o objetivo de difundir as idéias anarquistas.

Em 1869, Eliséé Reclus publicou o primeiro livro da sua famosa trilogia, “A Terra: descrição dos fenômenos da vida do globo”, onde mostrou sua idéia do ser humano como parte integrante da natureza, o que torna o conhecimento da natureza essencial para o desenvolvimento da liberdade e da autonomia dos indivíduos. Ao colocar o ser humano como parte integrante da natureza, é possível romper a dicotomia que caracterizou o fracionamento da Geografia, no século XX, e que acarretou

sérios prejuízos para essa ciência. Nesse livro, Reclus demonstra sua concepção de Geografia e de Natureza. Essa obra, segundo Moreira (2008, p.25), “irá inspirar os estudos do quadro físico do planeta até o advento do *Tratado de Geografia Física* de Emmanuel De Martone(1873-1955)”.

Com a derrota da França na Guerra Franco-Prussiana, instalou-se uma conjuntura política que levou os cidadãos de Paris se revoltarem, em um dos momentos mais importantes de história revolucionária: a Comuna de Paris de 1871; movimento no qual Reclus se envolveu ativamente e que, mais uma vez, causou o seu exílio.

Chegou a Suíça em 1872 e lá viveu até 1890. Ainda em 1872, Reclus iniciou, pela editora Hachete, sob uma série de restrições ideológicas, a sua maior obra: a “Nova Geografia Universal”. Apesar do caráter enciclopédico, ela apresenta uma das características importantes de seus textos, que é a quebra de dicotomias, colocando em xeque a dicotomia Geografia Geral/Geografia Regional. Além disso, procura situar a parte dentro do todo e o todo em relação à parte da forma clara e didática, outra característica de sua concepção. O estilo da obra é herdeiro de uma tradição de pensamento não fragmentário, que existia como modelo possível para a construção de conhecimento, já no século XIX. Como explica Moreira, “a *Nova geografia universal* está na tradição do *Erdkunde*, obra de mesmo perfil e publicada (...) por Ritter, de quem Reclus foi aluno, (...) e do *Cosmos*, que Humbolt publica em Paris” (2008, p25). Reclus considera, então, a Geografia como o estudo das áreas diferenciadas da superfície da Terra, a partir da comparação entre elas, mas sem hierarquizá-las ao fazer a comparação.

Além de estudar para redigir seu livro, ele aproveitava as viagens para visitar os grupos de operários organizados, realizar reuniões e difundir o pensamento anarquista. Ele sempre procurava se instalar nos bairros mais populares ou então, próximo ao cais do porto, onde poderia de fato conviver com o povo do local.

Eliséé Reclus, diferente da grande maioria dos geógrafos, trabalhou basicamente como escritor e geógrafo, só podendo ser professor no fim de sua vida, na Nova Universidade Livre de Bruxelas, e por um curto período, de 1894 até sua morte, em 1905.

Nesse período, publicou, em 1897, seu único livro sobre filosofia política, “A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista”, além de escrever e preparar a sua obra mais importante, “O Homem e a Terra”, que só foi publicada postumamente, sob a supervisão de seu sobrinho, Paul Reclus.

“O Homem e a Terra” foi publicado entre 1905 e 1908; nele, Reclus pode mostrar todo o seu entendimento de Geografia a partir da idéia de liberdade e da filosofia anarquista, isso por que esse foi o único livro que escreveu sem restrições editoriais contratuais. Nessa obra, mais uma vez, Reclus

rompeu barreiras e quebrou a dicotomia entre Geografia e História, a separação entre o “meio espaço” e o “meio tempo”, como ele chamava, ao considerar que “a História é a Geografia do tempo bem como a Geografia é a História do espaço”. Assim, suas principais obras se distinguem pela quebra de dicotomias, em o “Homem e a Terra”, “dissolve a dicotomia espaço-tempo, depois de ter feito com a dicotomia homem-natureza em *A Terra* e regional-sistemática em *Nova Geografia Universal*” (MOREIRA, 2008, p25-26).

Embora tenha sido um dos geógrafos mais importantes e conhecidos do seu tempo, seu reconhecimento se deu principalmente junto ao público leitor em geral, estadistas e aos movimentos anarquistas, socialistas e de trabalhadores, mas não junto às universidades. A posição política de Reclus se opunha aos objetivos e ações dos Estados (e ao próprio Estado), que são os principais financiadores das universidades, por isso atuou como professor durante curto período e pouco influenciou o pensamento geográfico, formal e acadêmico. Além disso, sua metodologia era divergente em relação ao pensamento científico hegemônico da época, fortemente influenciado pelo positivismo, assim, sua obra passou a ser desqualificada a partir de um discurso que a colocava como essencialmente descritiva e “pouco científica”; o mesmo ocorreu com a obra de Kropotkin.

A vitalidade e atualidade da obra de Reclus ficaram em evidência a partir da emergência da crise da ciência, da questão ambiental e dos movimentos sociais, principalmente os movimentos de populações que vivenciam ou reivindicam modos de vida comunitários. Assim, a partir da década de 1970, a obra de Reclus e de Kropotkin e sua militância anarquista passaram ser mais valorizadas pelos geógrafos, mas, muitas vezes apenas pela sua importância histórica e não pela atualidade de sua abordagem científica.

A teoria comunitária de Elisé Reclus

A Geografia é um campo da ciência que estuda o espaço, ou seja, a organização espacial que tem a relação entre o ser humano e a natureza na base de sua ordem e de suas transformações. Justamente por isso, os dualismos fundamentais da ciência moderna trouxeram uma série de problemas para o entendimento da Geografia, tanto por parte da população de uma forma geral quanto por parte dos estudiosos desse ramo. Mas é importante assinalar que uma parte dos geógrafos não aderiu à fragmentação exagerada, por entender que dessa forma iriam perder poder analítico e descaracterizar esse ramo científico. Por isso, sempre existiram geógrafos que procuraram um entendimento do todo, evidenciando as interconexões entre fenômenos e processos diversos, como Reclus, que, já no século

XIX, entendia o elemento humano como a natureza consciente de si própria (RECLUS, 1985). Dessa maneira, ao mesmo tempo em que situa o ser humano dentro da natureza, carrega a natureza de significação própria, dotando-a de consciência.

Para Reclus, o meio provoca o humano a transformá-lo, promovendo assim a construção do espaço. Para ele “a força do homem se mede pelo seu poder de acomodação ao meio” (RECLUS, 1985, p.41), ou seja, o homem não luta contra o meio, ele se incorpora ao meio e acaba incorporando o meio a si. Desconstrói-se assim, também a idéia comum de que existe uma luta ininterrupta entre o ser humano e o ambiente natural, além de se colocar num campo de visão totalmente oposto à corrente de pensamento que ficou conhecida como determinismo geográfico. Isso porque o determinismo vai se preocupar em ressaltar um fator externo único, como o clima, por exemplo, considerado tão importante a ponto de determinar o processo de desenvolvimento de um grupo social em sua relação com um território.

Esse geógrafo anarquista identificava diferentes ordens nas quais os elementos que compõem o meio podem ser agrupados. Mas essas ordens de agrupamento não são vistas como opostas ou dicotômicas. E o meio é entendido de uma forma bastante ampla, contemplando espaço e tempo. Deve-se conceber, então, o meio como o conjunto dos elementos espaciais, junto com o conjunto dos elementos temporais. Assim, “ao meio-espaço caracterizado por mil fenômenos exteriores, é preciso acrescentar o meio-tempo, com suas transformações contínuas, suas repercussões sem fim” (RECLUS, 1985, p.57). Essa forma de entender o meio rompe com a dicotomia entre espaço e tempo.

Essa forma de entender o meio, o espaço e o tempo tem um caráter totalizador. É uma visão holista, que enfoca “a complexidade dos fenômenos ativos” (RECLUS, 1985, p.58). Assim sendo, as influências sofridas pelos humanos, devem ser vistas em conjunto, o que torna impossível considerar qual tipo de influência é mais importante.

“Esse segundo meio dinâmico, acrescentado ao meio estático primitivo, constitui um conjunto de influências no qual é sempre difícil, muitas vezes impossível reconhecer as forças preponderantes, tanto mais que a importância respectiva dessas forças, primeiras ou segundas, puramente geográficas ou já históricas, varia segundo os povos e os séculos” (RECLUS, 1985, p.58).

Portanto, no que diz respeito às influências do meio sobre o ser humano, Reclus demonstra que um único fator não pode ser determinante no desenvolvimento seja dos indivíduos ou das sociedades, porque o que deve ser levado em conta é o “conjunto das influências”.

É, então, de vital importância para a compreensão do ser humano, entendê-lo a partir de sua vivência, pois “cada um de nós é, na realidade, um resumo de tudo aquilo que viu, ouviu, viveu, de tudo aquilo que pôde assimilar pelas sensações” (RECLUS, 1985, p.56). E, ainda mais, para esse geógrafo não há como saber quais as forças, fenômenos e processos interferem preponderantemente sobre a ação humana. O homem vê sua natureza interna refletida na natureza externa que o cerca e que ele mesmo ajuda a moldar. O meio é parte do homem e o homem parte do meio. Assim, a forma como esses processos, tanto internos quanto externos, são sintetizados nas diversas vivências, vai ser responsável por um “desigual desenvolvimento nos indivíduos e nas sociedades”. (RECLUS, 1985, p.39)

Mas também é importante ressaltar que as forças, fenômenos e processos que atuam sobre os seres humanos são extremamente diversos. Reclus explica que,

“todas essas forças variam de lugar para lugar de época para época: portanto, foi em vão que os geógrafos tentaram classificar, numa ordem definitiva, a série dos elementos do meio que influem no desenvolvimento de um povo – os fenômenos múltiplos e entrecruzados da vida não se deixam classificar numa ordem metódica.” (RECLUS, 1985, p. 59).

O geógrafo anarquista considera, portanto, que a busca de leis gerais para o desenvolvimento dos povos, através de um único método científico (nesse caso um único método geográfico), é infrutífera, pois os povos devem ser observados através do prisma dos “fenômenos múltiplos e entrecruzados da vida”. Eles devem ser vistos enquanto a síntese de toda a sua vivência, que se dá concomitantemente no “meio-espaço” e no “meio-tempo”. Assim, as formas de pensamento humano se constroem através dessas vivências. Evidencia-se, então, a ligação existente entre as vivências dos povos e das sociedades em sua relação com a construção das diversas formas de pensar e de conhecer.

Apesar de considerar a procura de leis gerais do funcionamento e da evolução dos povos uma tarefa infrutífera, Reclus afirma que os fatos da evolução histórica podem ser agrupados em três grandes categorias de acontecimentos: A primeira é fruto do desenvolvimento desigual dos indivíduos e das sociedades, assim “todas as coletividades humanas, com exceção dos povos que permanecem no naturismo primitivo, se desdobram por assim dizer, em classes e castas” (RECLUS, 1985, p.39). Essas classes ou castas possuem interesses diversos ou até antagônicos e vão estar em constante luta, pois “o equilíbrio rompido de indivíduo a indivíduo, de classe à classe, oscila constantemente”(IDEM, p.39). Dessa forma, Reclus aceita a “luta de classes”, proposta por Marx, mas com restrições à forma como

Marx considera esse conceito, sendo essa a segunda grande categoria de acontecimentos. Por fim, o terceiro grupo de acontecimentos se refere ao esforço e à criatividade dos indivíduos, pois “qualquer evolução na existência dos povos só pode ser criada pelo esforço individual” (ÍDEM, p.40). Assim, o processo de formação dos grupos humanos a partir da sociabilidade vai evidenciar o fato de que, as sociedades “agem e reagem sobre a maneira de sentir e de pensar, criando assim em grande parte, aquilo que se chama ‘civilização’” (ÍDEM, p.56).

Outro aspecto importante do pensamento de Reclus é a forma como concebia a evolução e a revolução. Para ele, “as evoluções realizam-se pelo deslocamento de forças a um novo ponto” (RECLUS, 2002, p.27). Por isso considera que evolução e revolução “são fatos da mesma ordem só diferenciados pela amplitude do movimento” (ÍDEM, p.22). Assim a “evolução e a revolução são dois atos sucessivos de um mesmo fenômeno, a evolução precedendo a revolução, e esta precedendo uma nova evolução” (ÍDEM, p.25). Dessa forma, o pensador anarquista era capaz de compreender tanto o movimento das sociedades quanto os da natureza.

A partir disso e da consideração de Kropotkin de que a ciência passou a se preocupar menos com as grandes generalidades e mais com “os indivíduos de que se compõem essas somas, e das quais acabou por reconhecer a independência e a individualidade, ao mesmo tempo que a sua íntima agregação” (KROPOTKIN, 2001, p.28); passa-se a uma concepção da vida que parte dos indivíduos para chegar a conceber o todo.

A partir de um enfoque diferenciado em relação a “geógrafos, como Frederico Ratzel, preocupados com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território” (ANDRADE, 2004, p.19), Reclus não vai se fundamentar no papel do Estado, mas, sim, no papel das comunidades na formação e na organização do espaço geográfico. Assim, para compreender a evolução histórica e geográfica de um povo é de primeira importância dar atenção às afinidades que são formadoras desse povo, ou seja, seus costumes, sua língua, seu processo de formação histórica, etc. O Estado nacional é entendido como uma conformação sócio-espacial recente na história, que deixará de existir ao longo do processo histórico. A ação das afinidades comuns é vista como uma influência permanente na formação e na organização sócio-espacial dos povos. Portanto, essa “libertad de agrupación individual implica la movilidad de la frontera; en realidad ¡cuán pocos son los habitantes que están de acuerdo, francamente, con las convenciones oficiales!” (RECLUS, 1986, p.189). Por isso, Reclus considerava que as fronteiras dos Estados nacionais são fronteiras artificiais, pois não levam em conta nem as afinidades comuns e nem a liberdade de associação. Já as afinidades comuns, por sua vez, são capazes

de forjar um caráter “espontaneamente nacional” (ÍDEM, p.124), através da associação das comunidades. É por isso, então, que “Reclus vê nossa era” como “um contraponto entre o comunitarismo e o capitalismo” (MOREIRA, 2008, p.49).

Em relação à questão da propriedade, Reclus explica que:

“la forma primera de apropiación (pues la tierra que se cultiva reconociendo que ya no se tendrá el derecho de *poseerla* cuando se deje de fecundar el suelo mediante el trabajo, no es todavía una propiedad), sigue la propiedad colectiva” (RECLUS, 1986, p.324).

Assim, a primeira noção de propriedade que se constrói entre as comunidades e os povos é a de posse, ou seja, o direito de propriedade sobre algum bem só existe enquanto o seu possuidor fizer uso desse bem. Evidencia-se assim, em relação à organização espacial da Idade Média, “que la propiedad común fue antaño el régimen dominante entre las sociedades” (ÍDEM, p.296). Uma forma de organização espacial em que cada aldeia “formaba antaño un conjunto bien ordenado, donde cada quien estaba seguro de la posesión del suelo, de las facilidades de trabajo y de un funcionamiento regular de la existencia comunitaria” (ÍDEM, p.297).

Reclus considerava como ponto de partida para entender o desenvolvimento dos povos compreender o movimento das comunidades que compõem esses povos. A forma como esse geógrafo anarquista entendia as relações sociais dentro do contexto da construção e organização do espaço geográfico, fez dele um dos pioneiros da “Geografia de tom social e político que veremos surgir na Geografia mundial e brasileira nos anos 1970, responsável inclusive pelo seu atual ressuscitamento”; pois, “procurava estabelecer as relações entre classes sociais e espaço ocupado e dominado” (ANDRADE, 2004, p.19). Em relação a esse aspecto, Reclus é bastante claro ao explicar que: “Todas las oscilaciones económicas de la sociedad que afectan a las clases de los trabajadores y de los capitalistas, nobles o burgueses, se representan sobre el suelo y modifican la red de las líneas divisórias” (RECLUS, 1986, p.330).

Por uma Geografia dos povos a partir de suas comunidades

Para Reclus, é preciso construir uma Geografia que tome o indivíduo - elemento primário da sociedade (RECLUS, 1985) - como foco de sua reflexão; que seja uma forma de entender e estudar a organização espacial a partir de uma política da diversidade e da diferença. Parte-se da compreensão de

que são os indivíduos que ao se associar formam as comunidades e estas por sua vez vão se associar formando os povos: “cada individuo tiene el derecho de agruparse, de asociarse con otros según sus afinidades; entre ellas la comunidad de costumbres, de lenguaje, de historia es la primera de todas en importancia” (RECLUS, 1986, p.189).

Eliseé Reclus foi capaz, já no século XIX, de perceber a importância das redes, o que demonstra a relevância de seu pensamento geográfico na atualidade. Considerava que as redes eram o elemento responsável pela coesão dos territórios, pois “el conjunto de los puntos ocupados se reúne en un todo geográfico mediante una red de vías de comunicación” (ÍDEM, p.237). Segundo ele, a atuação das vias de comunicação agia no sentido da conformação do que considerava uma identidade mais “espontaneamente nacional” (ÍDEM, p.124), exemplificando com o caso da Alemanha:

“Una vez borrados todos los antiguos limites geográficos mediante las vias de comunicación y las grandes concentraciones urbanas, resulto que Alemania era naturalmente dentro de su esencia misma, más unida que los países vecinos unificados” artificialmente (ÍDEM, p.124).

Dessa observação derivam duas idéias muito férteis: por um lado, Reclus desenvolveu uma concepção de mundo onde a organização espacial se daria a partir de uma articulação em rede, garantindo a autonomia das comunidades envolvidas, e, por outro lado, constatou e estudou o uso das redes como um dos principais mecanismos de dominação do imperialismo vigente na época.

Esse geógrafo foi um dos grandes críticos da política imperialista, ao contrário de diversos geógrafos da mesma época que, sob a influência do positivismo, ao procurarem fazer uma Geografia neutra, acabaram servindo aos interesses dessa política.

Assim, ao analisar a evolução dos instrumentos de dominação da política imperialista, durante a segunda metade do século XIX, considerava que,

“la Gran Bretaña gradual y silenciosamente ha agregado a su flota otro instrumento de dominación mundial, adhiriendo a su isla la mayor parte de sus dependencias de África, Asia, Australia, América, mediante una red de hilos submarinos que recientemente le daba las primicias de noticias telegráficas y le subordinaba todos los pueblos a los cuales el conocimiento de hechos lejanos llegaba antes desnaturalizado y engañoso” (RECLUS, 1986, p.290).

Reclus destacou que o domínio sobre as informações e fatos ocorridos em locais distantes,

principalmente, talvez, sobre revoltas, guerras e revoluções, é um instrumento estratégico de subordinação. Mas, considerava que, apesar dos meios de comunicação estarem sob domínio das classes e dos países opressores, também colocam em contato os explorados e oprimidos do mundo todo e “gradualmente los pueblos oprimidos se dan cuenta de que su caso no es el único en el mundo” (ÍDEM, p.245). Esse contato entre os oprimidos do mundo todo, pode representar o germe de uma vida nova, a partir das “associações de forças entre pobres, agricultores ou gente de indústria”, mesmo encontrando “grandes obstáculos em consequência da falta de recursos materiais” (RECLUS, 2002, p.124). Essas iniciativas têm em vista o “exemplo das ‘cooperativas’, sociedades de consumo e outras, que também tiveram começos difíceis e que agora atingiram, em tão grande número, uma prosperidade maravilhosa” (ÍDEM, p.126). Isso porque, através das vias de comunicação, “a prática científica do apoio mútuo dissemina-se e torna-se fácil” (ÍDEM, p.127).

A partir dessa observação, ele desenvolveu sua concepção de uma sociedade futura essencialmente comunitária e articulada em rede. Mas Reclus tinha consciência dos obstáculos a serem enfrentados e de que “à internacional dos oprimidos, responde uma internacional dos opressores” (ÍDEM, p.130). Sua proposta de organização da sociedade e do espaço é baseada na Geografia, que através de suas três principais obras “candidata-se e qualifica-se, assim, para Reclus, como êmulo de uma ciência libertária, pondo o homem diante de si como um ser conscientemente livre e atuante” (MOREIRA, 2008, p.26). Ele considerava, portanto que a “Geografia, pues, no es cosa inmutable, ella se hace, y rehace todos los días; a cada instante se modifica debido a la acción del hombre” (RECLUS, 1986, p.212).

Por uma Geografia Anarquista

A proposta de uma epistemologia anarquista para a ciência partiu do epistemólogo Paul Feyerabend: “A ciência é um empreendimento essencialmente anárquico: o anarquismo teórico é mais humanitário e mais suscetível de estimular o progresso do que suas alternativas representadas por lei e ordem” (FEYERABEND, 1989, p.17).

Dessa maneira, delinea-se uma proposta de pluralidade metodológica, que não exclui nenhuma hipótese ou teoria, podendo trabalhar com todo tipo de hipóteses e teorias a partir da comparação, pois “os preconceitos são descobertos graças a contraste e não graças a análise” (ÍDEM, p.42). É necessário então “um padrão *externo* de crítica” (ÍDEM, p.42) para que se possa melhorar a teoria em foco, levando a um avanço do conhecimento de maneira geral.

Então, a fim de construir um conhecimento geográfico que seja capaz de contemplar “a complexidade dos fenômenos ativos”, os grupos humanos e as sociedades devem ser vistos através dos “fenômenos múltiplos e entrecruzados da vida”. Uma vez que esses fenômenos “não se deixam classificar numa ordem metódica”, Reclus propõe uma variedade de metodologias de estudo tão múltiplas quantos forem os povos a serem estudados. A partir do estudo comparado entre áreas, entendendo por estudo comparado o estudo das generalidades e diferenças entre as diferentes áreas do planeta, sem a necessidade de uma hierarquização entre essas áreas.

Essa pode ser considerada uma proposta metodológica que parte de uma epistemologia anarquista e visa o respeito à matriz cultural de cada povo ao ser estudado. Dessa forma, deve haver diversas epistemologias e metodologias partindo das diferentes matrizes de pensamento e de ser humano; são matrizes de epistemologia e ontologia humana. Assim essas metodologias devem dialogar livremente entre si para poderem se desenvolver de acordo com as peculiaridades de cada sujeito estudado. Sujeito esse que irá reagir e influenciar o estudo e o sujeito que realiza o estudo.

Reflexões finais

A concepção de sociedade do comunismo libertário parte de uma visão de mundo baseada na Geografia; é uma proposta de sociedade em que se busca o desenvolvimento através da autonomia, estabelecendo um estreito vínculo entre teoria e prática e entre trabalho manual e trabalho intelectual. Constitui-se, assim, numa práxis social em que as soluções locais são valorizadas, pois parte de uma política da diversidade. Desta maneira, quando as questões postas em discussão excedem o nível local, as localidades, ou seja, as comunidades devem se articular. O avanço técnico das redes de comunicação e transporte, colocando em contato comunidades do mundo todo e possibilitando o diálogo entre elas, dá cada vez mais força ao argumento da constituição de uma federação livre entre os povos, estabelecendo assim uma relação harmônica entre os indivíduos e as sociedades.

Bibliografia

- ANDRADE, M.C. Atualidade do pensamento de Élisée Reclus. In: ANDRADE, M.C. (org.). *Elisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985, p.7-37.
- _____. *A questão do território no Brasil*. 2.ed.São Paulo: Hucitec, 2004.135p.
- FEYERABEND, P. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.467p.
- GALLO, S. *Pedagogia Libertária: anarquismos, anarquistas e educação*. São Paulo: Imaginário, 2007. 219p.
- GIBLIN, B. *El hombre y la tierra*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. 399p.
- KROPOTKIN, P. *A anarquia:sua filosofia, seu ideal*.São Paulo: Imaginário, 2001. 93p.
- _____. *Humanismo libertário e ciência moderna*. Rio de Janeiro: Cooperativa ed. Mundo Livre, s.d.207p.
- MOREIRA, R. *O pensamento geográfico brasileiro, vol.1: as matrizes clássicas originárias*. São Paulo: Contexto, 2008. 190p.
- RECLUS, E. O homem é a natureza adquirindo consciência de si própria. In: ANDRADE, M.C. (org.). *Elisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985, p.38-40.
- _____. *A ação do homem como modificador das condições naturais, dominando e transformando a natureza*. In: ANDRADE, M.C. (org.). *Elisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985, p.41-55.
- _____. *El hombre y la tierra*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. 399p.
- _____. RECLUS, E. *A evolução, a revolução e o ideal anarquista*.São Paulo: Imaginário, 2002. 131p.
- WOODCOCK, G. *Anarquismo: Introdução Histórica*. In: WOODCOCK, G. (org). *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 1981, p.13-52.